

Diário do Legislativo de 18/02/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líder: Deputado Ruy Muniz

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Neider Moreira BPS

Deputado Padre João PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado André Quintão PT

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente
Guedes

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado Carlos PDT
Pimenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Almir Paraca PT

Deputado Maria Tereza PT
Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor Rinaldo BPS

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro

Deputado Chico BPS Vice-Presidente
Uejo

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputada Maria PT
Tereza Lara

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Neider Moreira BPS

Deputado Padre João PT

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Carlin Pcdob
Moura

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB Presidente

Deputado Délio BPS Vice-Presidente
Malheiros

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Leonardo Moreira DEM

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Dalmo Ribeiro BSD

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Arlen BSD Vice-Presidente
Santiago

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT
Lara

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

Deputado(a)

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado(a)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo DEM
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Gilberto Abramo PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente

Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente
Souza Cruz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Carlos Gomes PT

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente
Valadares

Deputado Rêmol BSD
Aloise

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Tiago BPS
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander Borges BPS

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BSD

Deputado Eros Biondini BSD

Deputado André Quintão PT

Deputado Maria Lúcia DEM
Mendonça

Deputado Carlin Moura PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Padre João PT

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente
Carlos Arantes

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputada Cecília PT
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bráulio BSD Presidente
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca PP
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rêmolo Aloise BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João BSD Presidente
Leite

Deputada Maria PT Vice-Presidente
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Pinduca PP
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Walter Tosta BSD

Deputada Rosângela Reis BPS

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado(a)

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

Deputado(a)

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Rêmo BSD
Aloise

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Juarez Távora BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Juninho Araújo BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eros Biondini BSD

Deputado Braulio Braz BSD

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Tenente Lúcio PDT

Deputado (a)

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Alencar da PDT
Silveira Jr.

Deputado (a)

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/2/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.177/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Direitos Humanos opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública, e as Emendas nºs 3 a 5, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 6 e pela aprovação da Emenda nº 2 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.578/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.298/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Senhora dos Remédios nos termos da Lei nº 16.311, de 7/8/2006, e revoga o parágrafo único do art. 1º e o art. 2º dessa lei. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 972/2007, dos Deputados Fahim Sawan e Eros Biondini, que institui procedimentos para a identificação do recém-nascido e de sua mãe nos hospitais e maternidades do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.175/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.560/2007, do Deputado Juninho Araújo, que torna obrigatória para as construtoras e imobiliárias a especificação da tensão da rede elétrica nos pontos de energia de imóveis a serem vendidos ou alugados. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Defesa do Consumidor opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.723/2007, do Deputado Wander Borges, que estabelece a Política Estadual Habitacional de Interesse Social. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Assuntos Municipais, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.874/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a proibição da realização de eventos de música eletrônica, conhecidos como "raves", ou de eventos semelhantes no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Cultura opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Cultura, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.556/2008, da Deputada Gláucia Brandão, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de brinquedos adaptados para crianças portadoras de deficiência nos locais que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão do Trabalho, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 horas DO DIA 18/2/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 18/2/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.034/2008, do Deputado Wander Borges; 2.865/2008, do Deputado Fahim Sawan.

Requerimentos nºs 3.207/2009, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 3.218/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.251 a 3.270/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 18/2/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 18/2/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.153 e 3.188/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.177/2008, 3.206 e 3.281/2009, do Deputado Inácio Franco; 3.187/2008, do Deputado Carlos Mosconi; 3.210/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.227 e 3.292/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.245 e 3.246/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.284/2009, do Deputado Neider Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 18/2/2009, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 972/2007, dos Deputados Fahim Sawan e Eros Biondini, que institui procedimentos para a identificação do recém-nascido e de sua mãe nos hospitais e nas maternidades do Estado; 1.175/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública; 1.560/2007, do Deputado Juninho Araújo, que torna obrigatória para as construtoras e imobiliárias a especificação da tensão da rede elétrica nos pontos de energia de imóveis a serem vendidos ou alugados; 1.723/2007, do Deputado Wander Borges, que estabelece a Política Estadual Habitacional de Interesse Social; 1.874/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a proibição da realização de eventos de música eletrônica, conhecidos como "raves", ou de eventos semelhantes no Estado; 2.177/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências; 2.298/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Senhora dos Remédios nos termos da Lei nº 16.311, de 7/8/2006, e revoga o parágrafo único do art. 1º e o art. 2º dessa lei; 2.556/2008, da Deputada Gláucia Brandão, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de brinquedos adaptados para crianças portadoras de deficiência nos locais que especifica; e 2.578/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de fevereiro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/2/2009, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.158, 3.159, 3.196 e 3.197/2008, 3.294/2009, da Comissão de Direitos Humanos, 3.178 e 3.179/2008, do Deputado Weliton Prado, 3.213, 3.215, 3.230, a 3.239/2009, do Deputado Wander Borges, 3.223 a 3.225/2009, do Deputado Leonardo Moreira, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2009.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados André Quintão, Carlin Moura, Eros Biondini e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/2/2009, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2009.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei Nºs 18.939, 18.941 e 18.953

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Durval Ângelo e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/2/2009, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2009.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei Nºs 18.876, 18.877 e 18.947

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Domingos Sávio, Gil Pereira, Lafayette de Andrada e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/2/2009, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2009.

Sebastião Helvécio, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Domingos Sávio, Ivair Nogueira, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/2/2009, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2009.

Elmiro Nascimento, Presidente "ad hoc".

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5ª reunião ordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 11/2/2009

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, caros colegas, Deputado Weliton Prado, que preside hoje esta reunião, demais companheiros Deputados e Deputadas presentes, pessoas que nos acompanham pela tribuna, milhares de mineiros que nos acompanham pela TV Assembléia em diversas cidades de Minas, ocupo hoje a tribuna desta Casa, em primeiro lugar, para parabenizar a iniciativa do Presidente Lula de convocar, em Brasília, todos os Prefeitos eleitos em outubro do ano passado, a fim de formar uma parceria em defesa do crescimento econômico do nosso país. As medidas anunciadas ontem pelo Presidente Lula com certeza desafogarão a maioria dos Municípios brasileiros que se encontram endividados, principalmente os mais pobres, como os do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha e tantos outros distribuídos por este imenso país. A renegociação das dívidas do INSS é de fundamental importância para que os novos Prefeitos consigam iniciar sua administração - alguns ficaram totalmente engessados, a exemplo do Prefeito de Brasília de Minas, que herdou uma dívida impagável, do de Montes Claros e dos de outras cidades da nossa região. Essa medida de repactuar as dívidas, parcelá-las em 20 anos, certamente dará um fôlego novo aos Prefeitos, assim como outras, por exemplo, a que prevê o empréstimo de quase R\$1.000.000.000,00 do BNDES para que os novos Prefeitos possam adquirir máquinas e implementos como tratores, patrulas e outros equipamentos para socorrer os Municípios. Na nossa região a situação é de calamidade, pois todos os Municípios estão em emergência em face das chuvas que acabaram com as estradas. A dor de cabeça de todos os Prefeitos do Norte de Minas hoje é o transporte escolar. Certamente a medida anunciada pelo governo Lula os ajudará a adquirir equipamentos para fazer melhoras nas estradas e facilitar o acesso às comunidades, além de garantir o transporte escolar. Seria importante também que o governo do Estado fizesse o mesmo, convidasse todos os Prefeitos e anunciasse medidas semelhantes com o intuito de ajudá-los a descascar o abacaxi que receberam no dia 1º de janeiro. A situação não é fácil. Os Municípios mais pobres de Minas Gerais, especialmente os do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, têm passado por muitas dificuldades, sobrevivem quase com os repasses do FPM, porque o ICMS que recebem é quase insignificante. No ano passado, fizemos uma defesa firme para que fosse redistribuído de forma mais justa. Porém, infelizmente, não obtivemos o êxito esperado. O tão sonhado projeto do ICMS Solidário foi aprovado de forma totalmente diferente do que foi combinado. E o pior: só passará a vigorar em 2011. Isso significa que não redistribuímos praticamente nada. Ficou apenas

nos discursos, e os nossos Municípios continuam em situação difícil. Neste momento, precisamos socorrê-los. São esses Municípios pobres que sustentam a maioria dos deveres do Estado naquela região, garantem o transporte escolar, inclusive para os alunos da rede estadual; garantem o funcionamento das delegacias, dos fóruns, da Polícia Militar, da Emater. Enfim, é preciso que o governo de Minas Gerais crie programas semelhantes ao anunciado ontem pelo Presidente Lula a respeito do financiamento do BNDES para aquisição de máquinas e equipamentos para as Prefeituras. Seria importante também que o governo de Minas tivesse uma medida de socorro aos Municípios mais pobres, aqueles atingidos pelas enchentes, pelas chuvas, por exemplo, em relação ao problema do transporte escolar. A rota do transporte escolar é também de responsabilidade do governo do Estado, por isso fica aqui esse chamado ao Governador Aécio Neves para que anuncie medidas semelhantes a fim de que possamos somá-las às medidas anunciadas ontem pelo Presidente Lula. Existe também um pacote, que esperamos seja lançado pelo governo do Estado, para que possamos conseguir pelo menos amenizar a difícil situação em que se encontram os Municípios mais pobres deste Estado. Quero também parabenizar o nosso partido, o PT, que comemorou ontem 29 anos. São 29 anos, Deputado Almir Paraca, de muitas realizações. O PT comemora esses 29 anos num momento de consolidação com a sociedade. São inúmeros os benefícios conquistados pelo nosso país nos últimos anos, especialmente de cinco anos para cá, após a chegada do nosso partido ao Palácio do Planalto, com a eleição do Presidente Lula. Diminuímos a fome, geramos quase 12 milhões de empregos com carteira assinada, melhoramos todos os indicadores sociais e econômicos do País. O Brasil hoje é um país sólido. Entre as 35 maiores economias do mundo, o Brasil é o único que não está em recessão. Temos de agradecer a luta de milhares de companheiros do PT, que sempre acreditaram que um dia o Presidente Lula chegaria ao Palácio do Planalto. Ele chegou, e os benefícios estão aí para todos. São mais de 11 milhões de famílias beneficiadas com o Bolsa-Família; fizemos uma revolução na educação, abrindo novas faculdades; criamos o ProUni, que atende mais de 1 milhão de estudantes em todo o Brasil, pessoas pobres que pensavam nunca chegar à universidade; criamos diversas faculdades e a extensão de outras faculdades, sem falar no projeto inovador da criação de mais de 214 escolas técnicas no Brasil, mais que o dobro de tudo que aconteceu nos últimos 100 anos. Por isso temos muito orgulho de pertencer a esse partido, o partido das oportunidades, que acreditou em todos aqueles que jamais pensavam, um dia, chegar onde chegamos, eleger para Presidente da República um retirante da seca nordestina, eleger um Deputado como eu, pois nasci na comunidade rural do Município mais pobre de Minas Gerais. Tudo isso foi proporcionado pelo nosso partido, e por isso estamos orgulhosos de pertencer ao PT, um partido que congrega o sentimento da sociedade brasileira, que tem a coragem de discutir todos os temas, que nunca deixou de enfrentar seus problemas e que cresce, a cada dia, com a participação efetiva do povo brasileiro. As realizações do governo do Presidente Lula são o maior testemunho da eficiência do PT, e por isso comemoramos, nesta semana, esses 29 anos de luta, trabalho e muitas realizações.

Tenho certeza de que estamos apenas começando, porque o nosso partido ainda tem muito a oferecer para o nosso Brasil. Ainda ontem, em Brasília, na reunião com os Prefeitos, tivemos oportunidade de mostrar que governamos de forma diferente, para todos. Todas as medidas, todos os projetos anunciados pelo governo do Presidente Lula e do PT não excluem ninguém. O tratamento é dado de forma igualitária a todos os Municípios, a todos os Prefeitos, independentemente do partido. É por isso que, aos poucos, nosso país ganha uma nova musculatura para enfrentar a crise e os desafios. Hoje temos muito a comemorar, pois somos um País respeitado no mundo, que exporta mais, que gera mais oportunidade. As pessoas começam a acreditar que logo seremos uma das principais potências mundiais. É por isso que o nosso partido, ao completar 29 anos, tem muito mais a oferecer a Minas Gerais, aos nossos Municípios e ao nosso país. A nossa Ministra Dilma Rousseff está cada vez mais se consolidando e se preparando para ser a sucessora do Presidente Lula. Ela, com inteligência e capacidade, vem tocando todas as obras do PAC, um programa que garantirá que o Brasil enfrente, com firmeza e coragem, essa crise mundial, gerando oportunidade e abrindo mais postos de trabalho em todos os cantos deste país. É difícil achar um Município neste Brasil que não tenha uma obra do PAC. Os que ainda não têm, com certeza ganharão. Quero destacar aqui, aliás, as obras anunciadas pelo Ministério da Integração Nacional de revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Este ano voltaremos a esse tema aqui na Assembléia para fazer com que as obras anunciadas das redes de estações de tratamento de esgoto - ETEs - em todas as cidades ribeirinhas saiam do papel o mais rápido possível. Temos certeza de que temos muito a fazer ainda, mas, nesses cinco anos de governo do Presidente Lula, o nosso partido e a sociedade brasileira já têm muito a comemorar, caro amigo Deputado Almir Paraca, caro companheiro Deputado Carlin Moura. V. Exas. são testemunhas da luta, da construção desse partido, que, junto com a sociedade brasileira, constrói uma nova história para o nosso país. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, aproveito para fazer um registro. Pelo menos das sessões de que participei, não sei se é a primeira que o nobre colega Deputado Weliton Prado preside. Gostaria de cumprimentá-lo. Tenho certeza de que V. Exa. representará muito bem a nossa bancada na Mesa da Assembléia de Minas.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente e da TV Assembléia, imprensa, gostaríamos, inicialmente, de utilizar a tribuna para cumprimentar o Deputado Paulo Guedes pelo pronunciamento a respeito da Bancada do PT. Estive ontem em Brasília acompanhando os Prefeitos da minha região, a Noroeste, alguns do Vale do Jequitinhonha, do Norte de Minas. É com muita alegria que percebemos uma presença maciça dos Prefeitos ontem em Brasília, o que é natural. Registro também a propriedade da iniciativa. Desde o ano passado, após as eleições, já estava anunciada a realização desse encontro e, em função da grande quantidade de novos Prefeitos, é fundamental que se possa divulgar as políticas públicas, os programas, as ações do governo federal. E os Prefeitos, que chegam com muita vontade de trabalhar, com muita determinação para servir suas comunidades, tiveram ontem uma oportunidade, em Brasília - em um encontro que continua ainda hoje -, de fazer contato com os gestores dos ministérios, dos programas das políticas públicas do governo federal. Constatamos a correria para acessar as publicações que estavam disponibilizadas nos "stands" de todos os ministérios, o que antecedeu a abertura oficial do evento na manhã de ontem. Portanto os Prefeitos e seus colaboradores estavam ávidos de informação. Tivemos oportunidade também, Deputado Carlin Moura, de presenciar a exposição, que estava em um grande painel, do Portal da Transparência, demonstrando o esforço do governo federal nesse sentido. Houve também a exposição do novo sistema de convênios do governo federal, o Siconv. Todas as propostas que, a partir de agora, se transformarem em objeto de convênios, com recursos do governo federal, passam por esse sistema que, mais que nunca, amplia e reforça a visão republicana do governo Lula, disponibilizando para todas as Prefeituras e agentes, sejam públicos, sejam do terceiro setor, o acesso pleno e democrático a todas as informações, programas e recursos do governo federal. Temos certeza também de que é extremamente acertado o encontro com o Presidente Lula com os gestores municipais, principalmente neste momento. Como ele mesmo manifestou, a intenção primeira é garantir a continuidade dos programas e ações do governo federal na área social em todos os Municípios e das obras com seus recursos - que são muitas, sejam de emendas parlamentares, sejam dos programas - para continuar nesse esforço de ampliação do mercado interno brasileiro. Exatamente essa ação vem fazendo a diferença até aqui, nesse momento em que o Brasil - todos os analistas estão afirmando isso - se posiciona de forma diferente da maioria das nações neste cenário da grande crise financeira internacional. Os que tiveram oportunidade de acompanhar a primeira entrevista coletiva do novo Presidente do Estados Unidos, Barack Obama, perceberam com clareza que o esforço de recuperação da economia americana repete quase literalmente a lógica de fortalecimento do mercado interno que está sendo aplicada com sucesso no Brasil. Certamente, nosso sucesso em passar por essa fase conturbada da economia internacional dependerá da parceria dos Prefeitos e dos Governadores. Temos certeza absoluta de que o caminho é o que exercitamos no Brasil nos últimos anos: fortalecer o mercado interno, "empoderar" a população, distribuir renda e promover justiça social para garantir a sustentabilidade da economia. Concluindo, Sr. Presidente, foi exatamente isso que o Fórum Econômico Mundial de Davos afirmou, que é preciso cuidar da sustentabilidade econômica por meio do fortalecimento, da ampliação dessas políticas e ações, para recuperar aquilo que muitos condenaram durante muitos anos: um Estado do Bem-Estar Social, um Estado que garanta o básico, que se cerque de normativo e de controle, para que o mercado não seja tão voraz como tem sido e coloque em risco, como vem colocando agora, toda a economia internacional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Zé Maia* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a nossa vinda à tribuna desta Casa hoje tem o objetivo de cumprimentar o Governador Aécio Neves, que, na sua sensibilidade política - a nosso ver e sobretudo pelo momento delicado por que passa a economia do nosso Estado, do nosso país -, resolveu cancelar a decisão da Cemig de levar ao SPC o nome de consumidores inadimplentes. É preciso inicialmente destacar que é compreensível a decisão da Cemig, já que a inadimplência eleva os custos dos demais consumidores. Mas o Governador Aécio Neves acerta, como eu disse, em razão do momento delicado por que passa a economia, e, muitas vezes, o orçamento das famílias está prejudicado nesse momento. Várias pessoas acabaram de perder o emprego, e tal decisão, nesse momento, poderia agravar ainda mais a situação dessas famílias, desses trabalhadores. O Governador tem demonstrado, ao longo da sua carreira política, enorme sensibilidade, experiência e mais do que isso. Na verdade, é nesse momento que surgem os grandes estadistas, nos momentos mais delicados, e é preciso destacar que o Brasil passa, sem dúvida nenhuma, por um momento grave no seu setor econômico.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Agradeço o aparte e cumprimento do Presidente e os Deputados. Quero avaliar o que V. Exa. apresenta neste momento. Creio que a decisão do Governador Aécio Neves foi extremamente sensata, equilibrada e de uma serenidade extremamente importante perante a sociedade. Obviamente o atraso caracterizado na conta de energia ou em outras contas tem de ser avaliado dentro do contexto do capital das empresas. Mas, por se tratar de um bem essencial, realmente teríamos de lutar para que não acontecesse a inserção das pessoas que ficassem inadimplentes junto à Cemig no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC. Sabiamente o Governador Aécio Neves, com o comando, a sensibilidade, o denodo e o afinco com que vem trabalhando em Minas Gerais, mostra sensibilidade junto à população ao determinar que a Cemig não insira no cadastro de inadimplentes - no caso, o SPC - aqueles que porventura vierem a atrasar a conta de energia elétrica. Entendemos que estas contas são caras em todo o Brasil, haja vista a composição de impostos estaduais, federais, enfim, uma gama de situações que deveriam ser discutidas. Aqui me lembro de algumas questões. Na Bahia não existe essa questão. Lá, se o cidadão não pagar, seu nome irá imediatamente para o cadastro de inadimplentes. Aqui, em Minas, há outra questão. Nosso Estado isenta de ICMS até 90kW; em outros Estados, a exemplo da Bahia, até 30kW; e no Pará até 60kW.

Não pretendo causar polêmica, mas os Deputados que me antecederam falaram sobre a questão dos recursos do governo do Estado. Foi Prefeito e asseguro-lhes que, se não houver uma repartição dos recursos públicos federais, da produção da riqueza gerada pelo povo brasileiro para o caixa dos Municípios, estes antes continuarão na extrema miséria. Então continuarão pedindo dinheiro ora para o Estado, ora para o governo federal, que arrecada mais de 70% de tudo que é produzido. É preciso refletirmos sobre essa questão. Entra ano, sai ano, e o governo arrecadando, arrecadando. Portanto é preciso refletirmos sobre isso, com o sentimento da redistribuição do bolo da riqueza que é arrecadada e produzida pelo povo brasileiro. Obrigado, Deputado.

O Deputado Zé Maia* - Agradeço as palavras do Deputado Wander Borges, que vem ajudar a elucidar essa questão e a decisão do Governador Aécio Neves.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Primeiramente, parabeno-o por ter sido reconduzido à Presidência da importante Comissão de Fiscalização Financeira da Assembléia. Aliás, essa recondução não teve outra razão senão sua competência, sua grandiosidade e seu trabalho à frente da referida Comissão. Deputado Zé Maia, incansável lutador pelas causas do Triângulo, seus méritos é que o levaram a ser reconduzido à Presidência da importante Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa. Gostaria de parabenizá-lo também porque V. Exa. resolve agradecer ao Governador Aécio Neves por determinar à Cemig que não leve ao SPC o nome dos consumidores inadimplentes. Trata-se de uma medida importante, que mostra a sensibilidade do nosso Governador, ao contrário do que acontece - como bem disse outros Deputados, a exemplo do Deputado Wander Borges - em outros Estados, como Bahia e Pará, coincidentemente administrados pelo PT. Nesses Estados, o consumidor não tem refresco, ou seja, se não pagou, seu nome vai para o SPC. Vamos fazer um encaminhamento à Bancada do PT solicitando que sugira aos Governadores do Pará e da Bahia que se espelhem no exemplo do Governador Aécio Neves e determinem às companhias energéticas de seus Estados que não incluam no SPC os nomes de consumidores inadimplentes. Obrigado pelo aparte, Deputado Zé Maia.

O Deputado Zé Maia* - Agradeço a lucidez e as palavras do Deputado Lafayette de Andrada, que tem sido um grande companheiro na Comissão de Fiscalização Financeira e tem ajudado muito na condução dos trabalhos desta Casa.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Zé Maia, também quero cumprimentá-lo. Mais ainda: cumprimento todos os membros da Comissão de Fiscalização Financeira pela sua recondução à Presidência da referida Comissão.

Aproveito a oportunidade para reiterar não só a minha gratidão, mas também a gratidão de todos os produtores rurais de Minas Gerais, dos sindicatos rurais e dos trabalhadores rurais, pois o projeto de lei que dá isenção total de ICMS ao produtor rural na primeira operação foi sancionado. Esse projeto, de nossa autoria, foi melhorado por V. Exa. na referida Comissão, na condição de Presidente e de relator. Então o projeto, que foi sancionado no final do ano e publicado no início deste, agora está sendo regulamentado pela Secretaria de Fazenda. A perspectiva é que já no mês de março não só os produtores rurais, mas também as cooperativas e os laticínios se beneficiem de um tratamento tributário mais adequado, já que o produtor rural tem sido muito penalizado. E V. Exa., cuidando de atender o produtor rural, atende o consumidor, que também pagará menos pelo consumo dos alimentos.

Aproveito para parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento a respeito dessa matéria, pela qual o Governador, em boa hora, determinou que a Cemig não proceda ao encaminhamento de inadimplentes aos sistemas de defesa de crédito ou semelhantes ao SPC e tantos outros que existem. Sabemos o pesadelo que vira a vida da pessoa nesses casos porque perde o crédito. Às vezes isso acontece por um pequeno problema, por um esquecimento ou mesmo por um aperto financeiro que o faz atrasar uma conta de luz em determinado mês.

Já foi aqui lembrado que essa prática, adotada em outros Estados, é permitida pela Aneel e pelas normas vigentes no País. Mas isso não quer dizer que todas as empresas, principalmente públicas, como a Cemig, devam fazer isso. Empresas públicas de outros Estados o fazem, mas aqui em Minas não.

É preciso tomar cuidado para amanhã não se ouvir o proselitismo: "Fui eu que fiz isso, fui eu que fiz aquilo". V. Exa. se lembra de que nós, da base do governo Aécio Neves, todos, sem exceção, assinamos um documento pedindo à Aneel a redução da conta da energia elétrica em Minas Gerais. Levamos à Aneel, em audiência pública, o documento que elaboramos. Nos meses seguintes, veio a redução. Às vezes ainda há aqueles que querem passar a idéia de que isso é fruto do trabalho isolado dessa ou daquela pessoa.

Na verdade, é importante ficar claro mais uma vez que, tão logo a Cemig manifestou que poderia fazer a inclusão no SPC, porque a lei o permite, o Governador prontamente determinou que não aceitava isso. Portanto, parabéns ao Governador Aécio Neves. Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento. Muito obrigado.

O Deputado Zé Maia* - Agradeço ao Líder Deputado Domingos Sávio, mormente pelo projeto que dá novo tratamento tributário à produção de leite em Minas Gerais, conforme sanção do Governador Aécio Neves.

O acerto das decisões de qualquer governante repercute negativa ou positivamente na qualidade de vida do seu povo. O Governador Aécio Neves, a exemplo dessa decisão de não permitir que os inadimplentes das contas de luz tenham seus nomes incluídos no SPC, demonstra, mais uma vez, a sua sensibilidade política.

O Governador tem acertado muito como com o Choque de Gestão, o Processo e tantos outros programas inovadores de Minas Gerais. Deputados Domingos Sávio e Lafayette de Andrada, Minas Gerais recuperou a sua capacidade de investimento, o que tem melhorado muito a vida do povo mineiro. Como disse aqui, isso tem acontecido graças aos acertos do estadista Aécio Neves. Neste momento delicado de crise, em que as pessoas estão perdendo o emprego, novamente vemos a experiência, a sensibilidade e a perspicácia do Governador Aécio Neves, que acerta ao tomar essa decisão.

Já discutimos aqui várias vezes que é importante que o governo federal reveja a carga tributária nas contas de luz, sobretudo no caso de Minas Gerais, em que governo do Estado isenta o consumidor de até 90kWh da cobrança do ICMS. É preciso que o governo federal também estenda essa isenção às tarifas de luz aqui de Minas, para reduzir ainda mais os custos, já que no ICMS ocorre isso.

Os Deputados Domingos Sávio, Lafayette de Andrada e Wander Borges, que apartearam aqui, lembraram muito bem que nos Estados do Pará e da Bahia, ambos governados por Governadores do PT, se o contribuinte deixar de pagar a conta de luz tem o nome diretamente incluído no cadastro de inadimplentes, no SPC.

Mais ainda, no Estado da Bahia a isenção de ICMS é apenas para os consumidores de até 30kWh, e, no Pará, para os consumidores de até 60kWh. Aqui em Minas Gerais essa isenção atinge os consumidores de até 90kWh. Mais que o triplo da Bahia e 1/3 a mais do que o Estado do Pará. Isso demonstra o cuidado com os consumidores carentes de Minas Gerais.

Deputado Domingos Sávio, é importante que V. Exa., que é nosso Líder e tem participação efetiva no PSDB do Estado, encaminhe para os nossos colegas Deputados do PSDB, dos Estados da Bahia e do Pará, a política do governo de Minas e da Cemig, em favor dos consumidores. No nosso Estado, não se coloca o nome dos inadimplentes no SPC, porque aqui a isenção é de 90kWh. Isso é muito importante para que eles também possam fazer esse trabalho em defesa da população do povo do Pará e da Bahia, como vem fazendo o governo de Minas e a Cemig, em benefício do nosso povo mineiro. Eram essas as abordagens que queríamos fazer.

Ao final, mais uma vez, gostaria de cumprimentar o Governador Aécio Neves, que tem acertado tanto e, no acerto das suas decisões, mudado, para melhor, a vida do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados telespectadores da TV Assembléia em toda a Minas Gerais, o motivo que me traz a esta tribuna é a nossa felicidade e alegria em relação à pesquisa CNT, censo, publicada na última semana. Pesquisa essa que traz o Governador de Minas em 2º lugar em todas as pesquisas. Mas, num cenário em que o Governador Aécio Neves aparece como o candidato do PSDB, excluindo o Governador de São Paulo, na verdade, o nosso Governador está em 1º lugar em todas as pesquisas. Essa é uma razão de grande júbilo para todos nós, mineiros, porque mostra que, cada vez mais, a presença do Governador Aécio Neves consolida-se como uma grande liderança nacional. Provavelmente ele será o candidato do nosso partido no ano que vem, para a Presidência da República, para o bem de Minas Gerais e do Brasil.

Digo isso porque vimos, nos noticiários desta semana, que o Presidente Lula recebeu os Prefeitos mineiros, em Brasília, no Palácio do Planalto, e prometeu-lhes verbas e melhorias, esquecendo-se de que ele, Lula, está há seis anos no governo e que faz seis anos que a marcha dos Prefeitos, em Brasília, vem pedindo para aumentar 1% no FPM. O FPM é o salário que os Municípios recebem para fazer toda a gestão pública da administração. Há seis anos, o governo vem prometendo e não concede esse 1% da arrecadação. O pior é que o Presidente Lula teve de escutar que, até mesmo naquelas cidades em calamidade pública, nas quais o Presidente Lula passeou de helicóptero, passeou não, visitou-as num momento de comoção social e constatou a necessidade de programas emergenciais, somente 5% das verbas anunciadas, efetivamente, chegaram aos Municípios.

Deputado Domingos Sávio, é preciso que o governo federal faça e siga o exemplo de Minas Gerais. Aqui nas Gerais, efetivamente o governo ajuda os Municípios. E, agora, tivemos a boa notícia, trazida pelo Deputado Zé Maia e também pela imprensa, de que o Governador Aécio Neves determinou que a Cemig não faça como fazem os Governadores do PT, não admitindo que ela encaminhasse para o SPC, o Serviço de Proteção ao Crédito, e para a Serasa, os consumidores inadimplentes.

No Estado do Pará, governado pelo PT, se não pagou, é SPC na certa. Na Bahia, também governada pelo PT, da mesma forma: não pagou, Serasa. Mas aqui, nas Gerais, não. Nas Gerais, o Governador Aécio Neves determinou que não aceitou que a Cemig seguisse esse mau exemplo. Aliás, esperamos que esses Estados sigam o bom exemplo da Cemig.

Quando se fala de Cemig, de conta de luz, é importante dizer que estão embutidos, na conta de luz, 10 tributos federais. Então, quando alguém levanta a mão e a voz para dizer que o preço da Cemig, da luz, aqui, em Minas Gerais, é alto, esse alguém se esquece de que quem determina o preço é a Aneel, em Brasília. A Cemig só cumpre ordens.

Não é a Cemig que determina e escolhe o valor da conta, mas o governo federal, a Aneel, o governo do Presidente Lula. A Cemig é obrigada a cumprir as determinações do governo federal. E ele determina baseado em quê? Na prestação, na boleta da Cemig. No preço, há 10 tributos federais. O único tributo estadual, na conta da Cemig, é o ICMS. Em Minas Gerais, há isenção integral desse imposto para os consumidores de até 90kW. Mas os outros Estados não fazem isso; nem o governo federal faz isso. Cobra impostos federais na conta de luz estadual, e não dá moleza a ninguém. Então cobra integralmente todos os impostos, sendo que o único imposto estadual embutido é o ICMS. E o governo de Minas faz o que pode, isentando os pequenos consumidores.

Concedo aparte ao Deputado Domingos Sávio, nosso valoroso Líder da Maioria na Assembléia Legislativa.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Prezados Deputado Lafayette de Andrada, uma das mais brilhantes revelações desta Casa, que vem com uma história de vida que o preparou para o Parlamento. O raciocínio desenvolvido por V. Exa., embora tratando de três temas, tem uma conexão profunda. Ele trata do interesse do nosso povo e das questões políticas do País. Obviamente, Minas Gerais não se cala, e jamais estará alheia às questões nacionais.

Em relação ao custo da conta de luz, acrescento, se me permite V. Exa., algo que acabei de mencionar, mas é importante que fique bem claro: quando se discutiu, há pouco mais de um ano, o valor da tarifa, este foi revisto pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Quem revê esse valor é a Aneel, órgão de assessoramento do governo federal, o Ministério das Minas e Energia. Esse órgão, de tempos em tempos, analisa o valor da conta. Quando se reuniu para analisá-lo, os componentes da base do Governador Aécio Neves, estimulados por ele, que estava preocupado com a realidade, foram à Aneel pedindo que se baixasse o valor da conta de luz, no mínimo, em 15%. Estipulamos valores, pois considerávamos que era necessária a redução de 15% no preço. Fomos atendidos em conjunto. A própria Oposição participa nessa reivindicação. Essa retrospectiva história é fundamental.

Concluindo, não poderia deixar de falar sobre uma constatação que não deixa de ser gratificante, embora nos incomode. Estou referindo-me à pré-candidatura do Governador Aécio Neves, que está incomodando. Está evidente que ele é a melhor alternativa, com baixa rejeição. Vamos apresentar ao povo brasileiro uma alternativa séria, de transformação. Em Minas, a própria Oposição já diz que o Aécio não pode ser o candidato do PSDB. Quem vai decidir pelo candidato do PSDB é o próprio partido, com prévias nacionais. Não será São Paulo que irá escolher sozinho o candidato do PSDB. Ele haverá de escolher o Governador Aécio Neves, que é a melhor alternativa. Não é que seja a única, mas é a melhor, pois, com certeza, ele fará pelo Brasil, assim como tem feito em Minas, um grande governo. Muito obrigado.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Ilustre Deputado Lafayette de Andrada, cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento, pois joga luz no ponto mais importante dessa discussão, que é a alta carga de tributos federais na conta de luz, sobretudo nas contas de menor consumo, que atinge a população mais carente. Em Minas Gerais há isenção de ICMS nas contas de até 90kW, mas V. Exa. mostra que há dez tributos federais na conta de luz, recaindo especialmente sobre as pessoas mais carentes. Isso é um escândalo, e os Deputados do PT devem mobilizar-se para sensibilizar o governo federal. Não é possível cobrar tributo às pessoas mais pobres. Portanto, cumprimento V. Exa. pela clareza de raciocínio,

jogando luz no ponto principal da questão. Parabéns a V. Exa., que elucida esse importante tema que afeta o povo mineiro.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Agradeço mais uma vez ao eminente Deputado Zé Maia, valoroso representante do Triângulo Mineiro.

Para concluir, devo deixar claro que, a cada dia, em todo o País, cresce o nome do Governador Aécio Neves. É interessante fazer uma retrospectiva histórica, pois sempre que o País vive um momento de crise, como este que está se iniciando, busca-se a serenidade e a cultura do povo mineiro para governar o País e ajudá-lo. Deste modo, com muita alegria, agradeço essa atitude lúcida e corajosa do Governador Aécio Neves, que determinou que não seja encaminhado ao SPC o nome daqueles que deixarem de pagar a conta de luz. E há um outro assunto interno do PSDB: a cada dia recebemos manifestações de colegas do PSDB de todo o País mostrando que não há outra opção para o País que não seja a candidatura do Governador Aécio Neves, porque Minas Gerais mostrou os resultados e surpreendeu o País com o Choque de Gestão. Os resultados estão aí para todos verem, tanto que o Governador Aécio Neves foi reeleito com votação avassaladora no primeiro turno, mostrando que os resultados que o povo desejava estão sendo plenamente alcançados pelo governo de Minas. Minas é o exemplo de gestão pública, ao contrário do que acontece no governo federal, em que milhões e milhões de recursos escoam pelo ralo da má administração e da burocracia lenta, atrasada e sem planejamento. Minas Gerais administra com planejamento e para resultados, os quais são atingidos porque valorizamos o planejamento. Isso não é novidade, pois os próprios tecnocratas do PT em Brasília admitem que Minas Gerais é o Estado que melhor se organizou e que melhor planeja. Somos o Estado que, efetivamente, consome menos recursos de tributos e impostos com a própria máquina, porque o grande vilão da administração pública nos Municípios, Estados e Federação é a burocracia que emperra a máquina. Os recursos que devem servir a determinado fim não chegam a esse fim porque a máquina é lenta e pesada. Temos muito que percorrer, mas Minas Gerais é o Estado no País que conseguiu os melhores resultados na gestão pública. Até dez anos atrás, nenhum governo tinha preocupação com a gestão da própria máquina, apenas com a gestão para alcançar resultados imediatos, muitas vezes com interesses eleitorais e sem se preocupar com a administração pública. Não é possível a agricultura crescer, se não tivermos estradas para escoar a produção; não é possível a produção industrial crescer, se não tivermos portos para exportar o que produzimos. Isso tudo depende de planejamento, e é isso que Minas Gerais fez, por isso alcançou o patamar que hoje atingiu, do Estado que mais cresce na Federação. Por essa razão nós, mineiros, conclamamos e queremos o Governador Aécio Neves para o nosso próximo Presidente da República. Ele já mostrou que é capaz, eficiente, que sabe fazer, e é o homem que o Brasil precisa para governar os seus destinos.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Agradeço o aparte. No bojo do que V. Exa. está falando, uma coisa que está me impressionando e para a qual temos de bater palmas é esse entendimento da formatação da mão-de-obra mais jovem. O Estado e as Prefeituras que estão investindo no grupo jovial de moças e rapazes, para uma nova concepção de gestão, merecem o nosso respeito. Deputado Lafayette de Andrada, sabe por quê? Há 20 anos, o processo político de gestão ficava à mercê das pessoas mais velhas, mais maduras. Com todo o respeito, há de vigorar e trazer uma oxigenação que está vindo hoje do seio da sociedade. O próprio ensino médio hoje tem formado, na questão de gestão e administração, moças e rapazes que serão inseridos no serviço público para prestar um serviço de qualidade. Nisso faço um outro pequeno aparte: a questão do Poupança Jovem de Minas Gerais, que agora abrangeu mais algumas cidades, inclusive Sabará, que é a minha origem. São 2 mil alunos que receberão o Poupança Jovem, com as aulas normais e, na parte da tarde, curso de inglês, de informática, oficinas. Ora, isso é mudança de mentalidade, de comportamento. Colocar asfalto, tijolo sobre tijolo, é uma coisa, mas mudar o comportamento, o pensamento das pessoas, é o grande desafio do nosso país. É fazer com que essas moças e rapazes abracem as nossas causas e entendam o que muitos de nós, mais velhos, entendemos hoje. Muito obrigado.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Agradeço, mais uma vez, as sempre lúcidas palavras do Deputado Wander Borges, e encerro finalmente minhas palavras agradecendo ao Governador Aécio Neves a importante medida que tomou de determinar que não sejam encaminhados para o SPC o nome dos consumidores de energia elétrica inadimplentes. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Boa-tarde a todos e a todas. Há uma semana a Cemig anunciou a grande maldade com os consumidores de Minas Gerais de incluir no SPC, na Serasa, quem estivesse devendo a conta de luz. Uma grande maldade mesmo, uma falta de humanidade, porque a Cemig já tem todos os instrumentos, e o mais drástico é cortar a conta de luz - para religar, o consumidor tem de pagar caro, muito caro. Então fico realmente muito feliz em ver que a Cemig recuou, que o Governador Aécio Neves voltou atrás nessa decisão da Cemig. Queria dizer isso a toda a população que está nos acompanhando, a fim de mostrar a força do povo, porque a população ficou indignada e criticou essa atitude. Isso prova o que venho falando há muito tempo: o Parlamento, o Executivo, os governos são iguais a feijão, funcionam na pressão. Houve mobilização, houve pressão, e voltaram atrás numa decisão totalmente inoportuna e desnecessária, na minha avaliação, imoral, injusta e ilegal, porque fere vários pressupostos legais.

Apresentamos três representações; uma no Ministério Público de Uberlândia; outra aqui, no Ministério Público Estadual; e outra no Ministério Público Federal. Gostaria de parabenizar todos os Procons que se mobilizaram, como o da Região Metropolitana, o da Assembleia, o Procon Municipal e o de Uberlândia, que também entrou com uma ação; além disso, de forma muito especial, o Dr. Antônio Baeta, Promotor de Defesa do Consumidor, que realmente é muito corajoso e defende de verdade os consumidores de Minas Gerais.

Muitos Deputados aqui nos antecederam. Acredito que ficaram preocupados em relação à paternidade. Não temos de nos colocar muito mais acima; não podemos ficar com picuinhas e brigas partidárias nem discutindo quem é o pai da criança, sem abrir mão de qualquer paternidade. Isso não importa, mas sim o resultado. O Governador voltou atrás numa decisão da Cemig. Fico muito feliz por isso, pois mostra a força do povo. Agora temos de concluir de uma vez por todas, para encerrarmos esse assunto de pôr o nome do consumidor na Serasa e no SPC, aprovando o nosso Projeto de Lei nº 609, que há anos tramita nesta Casa e já foi aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. O nosso projeto impede que se coloque o nome do consumidor no SPC tanto para a conta de luz quanto para a de água, da Copasa. Houve um requerimento de pedido de urgência para ser votado por esta Casa, o qual foi aprovado. Todavia não foi posto até hoje na pauta para discutirmos, definirmos e aprovarmos o projeto no Plenário. Tenho certeza de que esta Casa estará ao lado do povo. Votaremos o nosso projeto que impede isso de uma vez por todas, pois essa é uma medida administrativa do Governador. Para que realmente isso não ocorra, é preciso haver uma lei. Por isso é importante a aprovação do nosso projeto. Tenho certeza absoluta de que o Governador Aécio Neves será coerente e sancionará a nossa lei, que impede que o nome de consumidores, como os que têm dívidas de IPVA, os proprietários de veículos, e contas atrasadas de luz da Cemig e de água da Copasa, seja incluído na lista do SPC e da Serasa. Seria uma medida totalmente injusta penalizar duas vezes os consumidores. Seriam penalizados uma vez porque já têm a conta de luz cortada e depois pela inclusão de seus nomes no SPC. Em várias audiências realizadas nesta Casa, muitos servidores públicos já nos disseram que têm de contrair empréstimo para pagar a conta de luz, em razão do salário muito baixo. Então esse servidor ficaria sem condições de pagar a conta de luz, pois o seu nome estaria negativado nas instituições financeiras.

Do ponto de vista legal, isso feriria vários pressupostos. O valor da conta de luz em Minas Gerais ainda é muito alto, apesar dessa grande vitória que tivemos - foi uma vitória do povo mineiro, de toda a população de Minas Gerais, e a maior campanha em relação à revisão tarifária desenvolvida em todos os Estados da Federação. Só em Minas Gerais, foram mais de 500 mil assinaturas. O maior número de propostas foi dos consumidores de Minas. Na revisão anterior, não foi apresentada praticamente proposta alguma, nada. Nessa, foram mais de 500 propostas. Conseguimos analisar a planilha de custo e provamos várias irregularidades. Na planilha, estava escrito que Minas Gerais tem mais de 400 escritórios da Cemig. Quando fomos verificar e analisar, não tinha nem 190. Onde estão os outros? Conseguimos detectar também 500 mil consumidores fantasmas, que não existiam. Os números não batiam com a planilha de custo. Pasmem os senhores! De cada três postes, a Cemig alega que troca um por ano em todo o Estado. Quer dizer que, em três anos, troca todos os postes do Estado inteiro; da porta da sua casa, na sua cidade, do seu bairro, da sua região, do Estado inteiro. Repito: em três anos, troca todos os postes do seu bairro, da sua cidade e do Estado inteiro. Questionamos esse dado na planilha de custo. Todas essas contribuições, essa mobilização e essa pressão do Parlamento, do conjunto de todos os Deputados desta Casa, de todos os partidos, possibilitaram a redução no valor da tarifa de energia elétrica em 17%.

Todavia a Cemig se reuniu na sexta-feira e já quer mais um aumento, um reajuste. Isso é muito injusto.

Se examinarmos os reajustes de 2003 para cá, veremos que foram muito acima da inflação. O valor do ICMS cobrado em Minas Gerais é um absurdo. Sabem quanto é o ICMS cobrado aqui em Minas? É cobrado 42% por dentro para as residências. Sempre digo que Tiradentes deve estar se remoendo no túmulo, pois foi morto e esquartejado por 1/5 dos impostos, ou seja, 20%. Hoje, somente na conta de luz para as residências, pagamos o dobro de ICMS, ou seja, 42%. O ICMS cobrado em Minas Gerais é o mais caro de todo o País. Em todos os jornais há matéria sobre o IPVA em Minas, que é o mais caro do País. Em relação à água, sempre digo que é água a preço de vinho. É cobrado um valor exorbitante pela água da Copasa, que também cobra taxa de esgoto. Na maioria dos Municípios cobra-se pelo esgoto e não há tratamento de esgoto. De acordo com a nossa avaliação, isso é totalmente ilegal.

Desencadearemos uma grande campanha em todo o Estado de Minas Gerais contra o valor das tarifas de água e de esgoto cobrado pela Copasa. Aliás, conseguimos uma grande vitória, uma liminar. Em relação à água, fizemos três representações ao Ministério Público. Está aqui no jornal "o Tempo": "Alta. Aumento de 8,65% iria vigorar a partir de março. Liminar impede a Copasa de reajustar conta de água e esgoto". Já entramos com três representações no Ministério Público questionando também os aumentos dados acima da inflação em 2007 e 2008. Conseguimos. Mais uma vez, parabênizo o Promotor Antônio Baeta pelo fruto das nossas negociações. Está aqui no jornal "O Tempo": "Deputado aciona Ministério Público contra a Cemig" e "Ação civil pública do Ministério Público foi baseada em representações do Deputado Weliton Prado, questionando os reajustes praticados pela Copasa de 6,72%, em 2007, e 7,56%, em 2008".

Questionamos também por que a Copasa não tem uma agência reguladora. O que é uma agência reguladora? A agência reguladora, ao analisar a planilha de custo, é que vai definir, com a participação popular, de forma democrática, se há necessidade ou não de reajustes. Como funciona hoje? Para as pessoas entenderem, é como se colocasse a raposa para tomar conta do galinheiro. Por quê? Porque quem define tudo é a Copasa. Funciona da mesma maneira como eles queriam fazer com a planilha de custos da Cemig. Conseguimos provar as irregularidades com a participação popular, com a pressão do povo, e deu resultado. A Copasa pediu 8,65% de aumento. Mas quem diz se isso está correto ou não, se é justo ou não? Temos de analisar essa planilha. Quem faz isso é a Copasa.

A lei federal obriga que se crie uma agência reguladora para regular o setor, e não a autorregulação. Isso deve ser feito com ampla participação da sociedade, realizações de audiências públicas, baseando-se no argumento de que o Promotor acatou a nossa representação. O Juiz também entendeu dessa forma e concedeu uma liminar impedindo os reajustes das contas de água e esgoto da Copasa. Realmente, fico muito feliz com a decisão da Justiça. Os serviços de água, esgoto e energia elétrica são essenciais e não podem ser tratados como se fossem mercadorias. São essenciais à vida e não podem ser tratados como mera mercadoria. Aqui em Minas Gerais os valores cobrados pela água e pela energia elétrica são exorbitantes, aliás também em relação ao ICMS. Se formos verificar, há também a questão das contribuições dos impostos que o consumidor paga, como a taxa de licenciamento. Grande parte dos Estados não possuem taxa de licenciamento, em nosso Estado há essa taxa.

Aqui, em Minas Gerais, há taxa de licenciamento; em Minas Gerais, o IPVA é muito mais caro do que em outros Estados, como Goiás. E Minas acaba perdendo com isso, porque muitos proprietários emplacam seus veículos em outros Estados.

Há uma grande contradição. Durante a tramitação do projeto do tarifaço, conseguimos impedir a cobrança da taxa de incêndio, da taxa para fazer boletim de ocorrência e da taxa para chamar a polícia. As locadoras receberam um grande presente do governo estadual no final do ano - presente de Papai Noel - ao obterem 50% de desconto no ICMS. Em Minas, é o contrário. Enquanto aqueles que realmente precisam pagam muito mais, os que estão em situação melhor recebem descontos. Defendemos a reforma tributária, somos municipalistas, achamos que temos de rever o pacto federativo, precisamos garantir que haja mais recursos para os Municípios, pois hoje assumem muitas atribuições do Estado e da União. Uma das principais cobranças feitas ontem, no encontro de Prefeitos, foi que os Governadores sigam o exemplo do governo federal, que anunciou vários pacotes para favorecer e esquentar a economia e impedir o desemprego. Seria importante garantir mais recursos aos Municípios e desonerá-los, deixando de passar-lhes tantas e tantas atribuições que, do ponto de vista constitucional, são do Estado e da União.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Deputado Weliton Prado, V. Exa. fala das contas de água e de luz em Minas Gerais. Anteriormente fizemos um debate, e ficou evidenciado que boa parte do que é pago nas contas se refere a tributos federais. Nesse caso, há um aspecto muito pernicioso, porque, em relação ao ICMS, por exemplo, os consumidores mais carentes que consomem menos, até 90kWh, são isentos desse imposto estadual, mas não têm isenção dos impostos federais. Essa é uma luta que esta Casa tem de abraçar para sensibilizar o governo federal, com o objetivo de isentar também os consumidores menores, mais carentes, dos tributos federais, reduzindo assim as contas de água e de luz.

É preciso reconhecer a qualidade dos serviços prestados pela Cemig e pela Copasa - são as companhias mais premiadas do País. Boa parte da conta que os consumidores pagam é de tributos federais. Essa é uma bela bandeira para a Assembleia Legislativa levantar, cobrando a isenção de impostos federais para os usuários de água e de luz, sobretudo os mais carentes.

O Deputado Weliton Prado* - Com todo o respeito ao Deputado Zé Maia, em Minas Gerais não pode haver ventinho - não precisa ser chuva -, que a rede de luz cai. Conversando com companheiros da imprensa, comentávamos que, principalmente na zona rural, a qualidade da energia é muito questionável. O problema é seriíssimo. Na Região Metropolitana, milhares e milhares de pessoas ficam sem energia elétrica a cada chuva, a cada ventania. A conta da Copasa também é muito alta. Há cobrança pelo esgoto, que não é tratado na maioria das cidades. O imposto que mais pesa na conta de luz realmente é o ICMS. Para as residências, a cobrança atinge 42%.

Agradeço, de forma muito especial, aos Deputados Carlin Moura e Padre João a cessão do espaço para que eu pudesse fazer uso da palavra. Eu estava inscrito para falar depois. Parabênizo mais uma vez toda a população de Minas Gerais. A força do povo realmente tem poder. Somente quando ele se manifesta, mobiliza, coloca a boca no trombone é que consegue garantir os seus direitos. O resultado está aí: a recusa do Governador em relação à decisão da Cemig de incluir o nome dos devedores da conta de luz no SPC e na Serasa. Esperamos que o nosso projeto seja aprovado e esse assunto seja encerrado de uma vez por todas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Ilustre Deputado Weliton Prado, quero parabenizar V. Exa. pela primeira oportunidade de conduzir a Presidência desta Assembléia Legislativa como membro efetivo da Mesa. Nossa Bancada do PT-PCdoB está muito bem representada na Mesa desta Casa.

Quero também cumprimentar toda a militância do PT, que ontem comemorou os 29 anos de existência desse importante partido, que tanto tem contribuído para a luta democrática do povo brasileiro e para os avanços sociais que o Brasil tem vivido, especialmente nos últimos seis anos. O PT tem na figura do nosso Presidente, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma das suas maiores expressões. Não foi à toa que ele ontem recebeu, na abertura do encontro nacional de Prefeitos, de forma tão efusiva, o carinho e o apoio dos Prefeitos brasileiros. Ele tem tido a compreensão de que é preciso fazer ainda mais pelos Municípios brasileiros. O Presidente Lula anunciou a renegociação da dívida dos Municípios com o INSS, prorrogando o pagamento por mais 20 anos. Anunciou investimentos nas áreas de educação, social, como o Bolsa-Família, e de infra-estrutura. Com isso o Presidente Lula mostra que tem sido um Presidente à altura do nosso povo e dos nossos trabalhadores. Não é à toa que Sua Excelência goza de mais de 84% da aprovação popular. É o Presidente mais bem avaliado da história da redemocratização do Brasil. Ainda há pouco o nosso ilustre Deputado do PSDB Lafayette de Andrada lembrava a pesquisa eleitoral feita pela

CNT-Sensus. É importante dizer que, apesar de o Presidente Lula não ser candidato ao terceiro mandato, ele, sim, o Presidente Lula lidera todas as pesquisas de opinião do País. Mesmo sem ser candidato a um terceiro mandato, ele lidera, na frente de Serra e do Governador Aécio Neves. Ele, sim, tem o primeiro lugar absoluto nas pesquisas de opinião feitas no País. Isso mostra a justeza do seu mandato. Quero salientar que hoje pela manhã cumprimentei o Governador Aécio Neves pela postura acertada em relação aos consumidores da Cemig, de não permitir que consumidores em atraso venham a ser incluídos em cadastro de devedores. Deputado Weliton Prado, fico às vezes preocupado com certas manifestações, principalmente da base governista, da base do PSDB, porque fica parecendo uma certa demagogia em relação aos consumidores. O Governador Aécio Neves, acertadamente, voltou atrás na decisão da Cemig, mas esta deveria ter tido a responsabilidade de nem sequer ter aventado essa possibilidade. Isso seria ser conseqüente. Se é que a Cemig cometeu um equívoco, para evitar que um equívoco dessa natureza ocorra novamente, temos de colocar em pauta o Projeto de Lei nº 609/2007, de V. Exa., que proíbe a inclusão dos devedores no cadastro. Trata-se de um serviço essencial. No caso, faremos com que o consumidor tenha o seu direito protegido. Essa é a melhor forma. Da mesma forma, quando se fala do preço da conta de luz, a Aneel fiscaliza o preço dessa conta, mas quem determina os parâmetros e apresenta o custo é a própria Cemig. É sobre esse custo que a Aneel faz a análise. A redução de 17% foi em razão dessas denúncias que o povo brasileiro, especialmente o Deputado Weliton Prado, apresentou, do equívoco da forma do cálculo da tarifa. É importante também o povo mineiro saber que o maior tributo que incide sobre a conta de luz da Cemig não é federal, é o ICMS.

Quem estipula a alíquota do ICMS é o governo do Estado, é Minas Gerais, não é o governo federal. Então 42% da conta de luz são calculados sobre o ICMS. Não têm de tergiversar da tribuna sobre isso. Os Deputados do PSDB não devem jogar essa conta nas costas do governo federal, porque isso não cola. Temos de ter responsabilidade. É preciso reduzir o valor da alíquota do ICMS sobre a conta de luz de Minas Gerais. Essa verdade não quer se calar. É isso que precisamos enfrentar. Não é possível dizer que o grande montante é do imposto do governo federal. São 42% de ICMS. Essa é a taxa embutida na conta de luz. Essa é a realidade nua e crua que precisamos enfrentar. Queria, na oportunidade, comunicar que ontem estive em Brasília, na abertura do encontro dos Prefeitos. Estávamos acompanhados da nossa Prefeita Marília Campos, na audiência com o Ministério da Saúde, para anunciar a construção da nova maternidade de Contagem. Em outro momento, vou detalhar esse fato. Estive também no Ministério dos Esportes. Posteriormente, retornei a Belo Horizonte, para fazer um encontro, na Secretaria de Cultura, com o nosso novo Secretário de Cultura, Dr. Paulo Brant, a quem quero agradecer a atenção e a simpatia ao nos atender. Fomos ali acompanhados dos trabalhadores da Rádio Inconfidência. Estavam ali os representantes dos trabalhadores, bem como os representantes dos dois sindicatos de classe, o Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Luiz Moraes, e o Presidente do Sindicato dos Radialistas, Armando Portela; a Diretora do Sindicato dos Trabalhadores da Rádio Inconfidência, Verônica Pimenta; e o Operador de Gravação da Rádio Inconfidência, Vagner de Castro. Fomos ao Secretário de Cultura para expor a situação em que se encontram os trabalhadores da Rádio Inconfidência. Ela é um dos maiores patrimônios do povo de Minas Gerais. Tem 72 anos de existência, que foram comemorados no ano passado. Temos de falar especialmente da Rádio AM, onda curta e rural, canal 880. Quando se fala de Rádio Inconfidência, vai-se pensando na frequência modulada, na FM 100.9, que também é um grande patrimônio do povo de Minas Gerais, mas o nosso patrimônio são as ondas curtas, as ondas rurais, que estão no ar há 72 anos. Ela tem o programa de entretenimento "A Hora do Fazendeiro", programa mais antigo do rádio mundial, com transmissão ininterrupta para o homem do campo, para o fazendeiro, para os trabalhadores rurais, no entanto pouco tem sido valorizado. Muito se fala no transmissor de FM. Compraram um transmissor novo de FM, mas o nosso transmissor de AM da Rádio Inconfidência está sem a devida preservação. Nessa audiência, os trabalhadores apresentaram um documento, que foi aprovado em assembleia, com mais de 140 participantes. Queria, rapidamente, Sr. Presidente, fazer a leitura desse documento, dos principais pontos apresentados ao Secretário de Cultura, das reivindicações dos trabalhadores da Rádio Inconfidência. (- Lê:)

"A Rádio Inconfidência é reconhecidamente patrimônio dos mineiros. Sua legitimidade social foi conquistada ao longo de 72 anos de história e participação na vida de Minas Gerais, do Brasil e da América Latina. A Inconfidência 880 possui uma das poucas outorgas de frequência exclusiva ainda existentes no Brasil. Daí nossa preocupação. Ela faz sua transmissão para Minas e para o Brasil inteiro".

É outorga específica do povo de Minas Gerais, da Rádio Inconfidência. E há muita empresa e transmissora de rádio particular querendo ocupar esse canal de radiofrequência da Rádio Inconfidência. Duas delas já conseguiram liminar e estão ocupando nosso canal AM 880 pelo Brasil afora. É a saga das empresas privadas querendo tomar o canal público do povo de Minas Gerais.

"Além de patrimônio imaterial, ela possui valor estratégico, tendo em vista os desafios da comunicação pública e o advento do rádio digital." Povo de Minas Gerais, o transmissor AM, estrategicamente, pode representar grande avanço na comunicação pública, porque esse transmissor AM de ondas curtas e ondas rurais pode ser convertido em transmissor digital. Isso é um patrimônio estratégico importante para Minas Gerais.

"Ao longo de décadas, essa instituição passou por um processo de sucateamento. Reconhecemos a tentativa recente do governo de Minas Gerais de mudar esse panorama. A compra de mobiliário, do novo transmissor para FM, a realização do concurso público para organização do quadro funcional, a implantação do plano de cargos e salários são exemplos. Os avanços são, como vemos, relevantes para a longevidade da Rede Inconfidência de Rádio. E, justamente com a expectativa de contribuir para esse crescimento, desejamos fazer alguns apontamentos e observações. Plano de cargos e salários: após a realização de concurso público, a Rede Inconfidência de Rádio conta, atualmente, com um quadro profissional devidamente concursado. Entretanto desvios de função têm sido uma prática recorrente, no caso específico da função de locutor-apresentador." Os funcionários organizados apresentaram denúncia ao Sindicato dos Radialistas e Jornalistas porque o plano de carreira cria uma função genérica de auxiliar de comunicação, descaracterizando funções específicas, como jornalista e radialista.

Outra questão grave e urgente é o plano de saúde. "Em dezembro de 2008, os funcionários da Rádio Inconfidência realizaram uma assembleia e decidiram entrar com ação na Justiça Trabalhista, com o objetivo de reaver direitos garantidos pela CLT. O contrato entre a Rádio Inconfidência e o Plano de Saúde Vitallis foi modificado em novembro de 2008. O plano passou a ser co-participativo, obrigando os funcionários a arcarem com parte dos custos de exames e consultas, o que não era feito antes." Até 2008, os trabalhadores arcavam com 70% do custo do plano e a Rádio Inconfidência arcava com 30%. Os trabalhadores tinham direito de fazer uso das consultas promovidas pelo plano sem pagar. Em 2008, isso foi modificado. A rádio deixou de cobrir os 30% que lhe competia enquanto empregadora, e, ao mesmo tempo, o trabalhador tem de pagar uma parte da consulta porque o plano passou a ser co-participativo. Especialmente os trabalhadores mais idosos, que precisam de mais consultas, gastam quase todo o salário com o pagamento desse plano.

Tudo isso foi apresentado ao Secretário Paulo Brant, solicitando-lhe que abrisse um canal de diálogo e negociação com os sindicatos e trabalhadores para encontrar uma solução, fazer uma revisão do plano de carreira, cargos e salários, a fim de garantir as funções específicas de radialista e jornalista e outras de categoria diferenciada; retomar o plano de saúde nos moldes antigos; e valorizar a situação do canal de transmissão AM, especialmente o canal AM 880.

"O debate sobre a democratização da comunicação social está entre os mais importantes da contemporaneidade.

Como empresa pública, a Rede Inconfidência de Rádio está inserida naturalmente nessa discussão, haja vista seu vínculo junto à Associação das Rádios Públicas do Brasil - Arpub. Acreditamos que não há como pensar a democratização e o acesso pleno à informação desconsiderando as comunidades interioranas e periféricas, com as quais a AM 880 dialoga."

Conclui o documento apresentado pelos sindicalistas ao ilustre Sr. Paulo Brant, Secretário de Cultura de Minas Gerais: "Os funcionários da Rede Inconfidência de Rádio compreendem a missão pública da empresa. Decorrem disso as reivindicações apresentadas neste documento. A Rádio deve ser capaz de responder às demandas do nosso tempo, sejam elas empresariais, trabalhistas, culturais ou sociais. Comissão de funcionários da Rádio Inconfidência, empresa pública de Minas Gerais."

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Obrigado, Sr. Presidente.

Prezados Deputados que nos acompanham nesta tarde, todos os que estão na Assembléia mineira e quem nos acompanha pela TV Assembleia, inicialmente, gostaria de agradecer aos meus pares, aos Deputados que compõem o BSD, aos Deputados que compõem a Maioria nesta Casa, não só os do meu partido, o PSDB, mas os de diversos partidos que se alinham com o Governador Aécio Neves buscando dar o melhor de si, fazer o melhor trabalho possível para que possamos ter um Estado melhor para todos. Agradeço a esses colegas Deputados que me reconduziram à condição de Líder da Maioria no Parlamento mineiro. É, sem dúvida, para mim motivo de imensa alegria e, ao mesmo tempo, de grande responsabilidade, que assumo com muita serenidade, primeiro pela confiança que tenho nos colegas, na forma como temos procurado agir, e também pelo fato de que a Maioria nesta Casa assume uma posição clara de apoio ao Governador Aécio Neves, mas o faz de maneira altaneira, ativa, como deve ser o comportamento de um Parlamento.

O Líder da Maioria não pode e não deve ser confundido com o Líder do Governo, que tem um papel igualmente estratégico no Parlamento. O Líder da Maioria representa o pensamento, o sentimento da maioria, como o próprio nome diz, daquela que é a maior bancada, e em razão do seu posicionamento é que ele se manifesta. Essa maior bancada no Parlamento mineiro apóia o Governador Aécio Neves, e assim me tenho manifestado, mas sempre procurando expressar também o sentimento dos colegas e respeitar a minha missão de conduzir a vontade da Maioria e fazê-lo num ambiente de respeito à Minoria, com que tenho tido uma interlocução num ambiente democrático do mais alto nível. É assim que tem que ser.

Vivemos um momento de consolidação dos valores democráticos no País. Há quem possa pensar que democracia já é uma situação consolidada e sobre a qual já não há o que discutir. A democracia é um processo de construção permanente. Ingênuos são aqueles que acreditam que já não tenhamos que estar em vigília permanente, até em relação a nós mesmos. Somos humanos, sujeitos a falhas e, se não estivermos atentos, podemos transigir e enveredar pelo caminho da autocracia, de tentarmos fazer com que prevaleça uma vontade única; e não é isso o que nós, enquanto Líder da Maioria, queremos ou iremos defender.

O que sentimos é que o ambiente democrático é soberano, está acima da Maioria e da Minoria. Além disso, é o principal instrumento da Nação para sermos, de fato, um povo livre. É assim que o Parlamento mineiro deve agir.

Agradecendo a todos os colegas, inicio esta nova jornada dando seqüência ao trabalho como Líder e, ao mesmo tempo, procurando conciliá-lo com a minha função parlamentar. São coisas que devem coexistir e ser tratadas com o mesmo zelo. Assumir a Liderança da Maioria, conforme disse, não é o mesmo que assumir a Liderança do Governo. Tenho de falar a voz dos Deputados, da Maioria, e devo fazê-lo ouvindo - aliás, mais ouvindo que falando; todavia não deixo de ser um parlamentar com as minhas prerrogativas e responsabilidades, razão pela qual cheguei ao Parlamento mineiro, votado pelo povo mineiro. Além da função de buscar recurso para atender à área da saúde e da educação e de uma obra que atenda ao Município no qual somos votados, temos a obrigação de representar o conjunto do povo mineiro.

Tive a alegria de fechar o ano tendo a colaboração de colegas como o Deputado Almir Paraca, que, neste momento, preside esta reunião. No primeiro ano deste segundo mandato, apresentamos alguns projetos. Concluímos o ano passado - segundo ano do segundo mandato -, ao meio desta trajetória, com a aprovação de três projetos que me deixam extremamente feliz, pois não tenho dúvida de que atendem ao interesse do povo mineiro como um todo. Inicio por aquele que teve a colaboração do Deputado Almir Paraca, com uma emenda fundamental, no qual tratamos de um assunto que envolve o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Já falei sobre isso ontem e reitero. Já não é possível estabelecermos esse conflito entre preservar o meio ambiente e fazer desenvolvimento gerar riqueza, melhor condição de qualidade de vida para as pessoas, alimentos e acesso a bens de consumo. Desenvolvimento é algo que todo ser civilizado quer e deve buscar ter esse direito de preferência em igualdade de condições, pois já não é possível haver um mundo em que uma grande maioria esteja excluída da possibilidade de ter acesso aos bens de consumo. Portanto é preciso produzir energia elétrica para que todos tenham energia elétrica. É preciso produzir equipamentos, máquinas e veículos para que todos tenham direito de ir e vir com segurança e conforto. É preciso produzir alimentos para que todos se nutram com dignidade, possam se alimentar e se vestir. Então produzir e gerar desenvolvimento é inerente à condição humana, à civilização. E quanto a preservar o meio ambiente? Há alguma dúvida nisso? Pode haver alguém que não compreenda hoje que preservar o meio ambiente é preservar a vida, respeitar o ser humano em todas as suas manifestações, por meio das diversas formas de vida e também em toda a expressão da natureza, por meio de todos os seus elementos, da terra, do fogo, da água e do ar? A natureza é a nossa vida. Preservar o meio ambiente é preservar a nossa vida. Então não há de haver essa dicotomia, esse conflito, ou seja, essa guerra entre preservar o meio ambiente e ter desenvolvimento sustentável. Como podemos encontrar o equilíbrio? Adequando a legislação, que está produzindo, muitas vezes, o conflito e a interpretação equivocada. A lei, que é antiga e inadequada à realidade em que vivemos, ora permite a destruição do meio ambiente, ora destrói o ser humano e agride quem quer trabalhar e produzir. Então ela precisa ser aprimorada e encontrar o equilíbrio. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 18.023, que hoje é lei - podem até acessar os anais do governo do Estado, o diário oficial - sancionada pelo Governador Aécio Neves. Foi um projeto de lei de minha autoria. Jamais seria lei, ficaria só no projeto se não tivesse a colaboração do Deputado Almir Paraca, com uma emenda muito apropriada, e dos demais colegas e principalmente dos sindicatos rurais, dos produtores rurais e dos que estudam a questão ambiental.

O que diz essa lei? Ela veio regulamentar uma situação de conflito. O Código Florestal, lei florestal nacional, define a área de preservação da margem dos córregos e dos rios, a área de preservação permanente - APP - do entorno da nascente e não define a APP do entorno dos lagos artificiais. E aí vem uma resolução do Conama que diz que essa área seria de 30m a 100m, a ser definido por um plano diretor das águas, que não existe. Veio o conflito. O Ministério Público e o IEF multam o produtor rural sob alegação de que tem de ser de 100m. Vem a Polícia Florestal, multa e manda arrancar o cafezal, não permite ligar energia elétrica em uma construção que está a menos de 100m da margem, sem nenhuma justificativa de natureza ambiental para exigir que, num lago artificial que tem a sua margem numa terra de cerrado que foi inundada, haja um afastamento de 100m. Enquanto que, à beira de um córrego, que tem correnteza, tem-se de estar a 30m. Numa nascente, onde é preciso preservar para que a água continue nascendo e jorrando, tem-se de estar a 50m. Por que na terra seca à beira de um lago, que não tem correnteza, em que não há risco de erosão, tem-se de estar a 100m? E, o que é pior, depois que o cafezal foi plantado? A água chegou depois que a propriedade se instalou. Então, vem a multa, o processo criminal.

É preciso que o legislador tenha coragem de legislar para pacificar esse conflito, e foi o que fizemos. Elaboramos uma lei em que a APP das margens de lagos, em última análise, até que tenhamos um plano diretor, será de 30m. A área de preservação, sendo de 30m, preserva o meio ambiente, mas também respeita quem deseja produzir, dá condição para quem quer trabalhar e produzir. Esse é o desenvolvimento sustentável.

Faço referência a esse projeto para alertar para que o fato de que já é hora de os nossos Deputados Federais fazerem também as devidas revisões no Código Florestal, que é de 1965 e está estimulando ações da Polícia Florestal e dos Ministérios Públicos que passam a tratar o produtor rural como criminoso. Na verdade, se formos olhar a lei federal inadequada, notaremos que ela trata o Brasil como se fosse uma pequena porção de terra. Como se pode ter uma lei que trata a Amazônia, a biodiversidade amazônica da mesma maneira como se trata uma região já totalmente povoada, que já tem 500 anos de atividades agrícolas, como o Sudeste e o Sul do País? São realidades diferentes.

Então, é preciso adequar essa lei de 1965. O Congresso não toma iniciativa. Às vezes alguns Deputados dizem que, se formos legislar sobre meio ambiente, seremos criticados. Legislamos aqui na Assembleia, elaboramos a lei, que está chegando em boa hora. O Secretário de Meio Ambiente veio parabenizar-me por isso. Ele disse que a minha lei deu-lhes um instrumento legal e que não mais seriam obrigados a multar o produtor rural. Que estavam seguindo uma resolução do Conama, que não é lei. Disse ainda que a minha lei é mais forte que uma resolução, mesmo sendo uma resolução federal.

O Estado pode legislar de maneira complementar ao governo federal. Houve a brecha para legislar complementarmente, já que o Código Florestal não tratava das margens de lagos, e assim o fizemos. Portanto, Deputado Almir Paraca, é nessa linha que reiniciamos o nosso trabalho de Líder, comemorando que essa lei já esteja em vigor, como a Lei nº 17.957, dependendo de uma regulamentação da Secretaria de Fazenda.

Lei de minha autoria, que teve como relator o Deputado Zé Maia, dá isenção total do ICMS ao produtor rural na primeira operação. Os produtores de leite, de café e de carne têm 0% de imposto. No caso do leite, o produtor passa a ter 100% de crédito presumido, o que equivale a 0% de imposto. Assim ele não paga nada, porque zera a operação. É como se pagasse 12% de imposto, mas tivesse crédito presumido no mesmo valor, com zero de imposto a pagar. Mas transfere o crédito para a cooperativa e o laticínio. Dessa forma, o Estado que mais produz leite no Brasil terá maior competitividade para vender queijo e leite para outros Estados. A redução de impostos gera benefícios para o consumidor também.

A Lei nº 17.957, de nossa autoria, acabou de ser sancionada pelo Governador. Ela beneficia o produtor rural, de modo especial o de leite, a cooperativa agropecuária, o laticínio e o consumidor, pois diminui o imposto sobre produtos lácteos.

Tivemos a alegria de ver aprovada a Lei nº 18.037, que regulamenta a profissão do despachante, aquele profissional que às vezes não é lembrado, mas pelo qual chamamos, no momento em que precisamos da solução rápida de um problema burocrático. Infelizmente, não havia uma lei estadual reconhecendo essa profissão. Agora o despachante tem condição de transitar no Detran, ser mais respeitado e valorizado. Ele estava começando a ficar para trás. Algumas empresas começaram a ter tratamento preferencial, diferente do que era dado ao despachante, que é um profissional. Obviamente, com essa regulamentação, a situação ficou melhor, o profissional ficou fortalecido no Detran, e o usuário passou a contar com um profissional que tem responsabilidades previstas em lei. Isso lhe dá segurança no momento de passar uma procuração, um documento para uma pessoa que tem normas legais regulamentando sua profissão.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Exa. Iremos nos esforçar para, durante todo o ano, cumprir a nossa missão como Líder da Maioria, mas continuar trabalhando como parlamentar, para melhorar as leis em Minas Gerais, representar bem os nossos Municípios, levando obras e benefícios e, acima de tudo, cumprindo o nosso dever como Deputado. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Boa-tarde a todos. Novamente gostaria de falar da minha alegria por ver o Governador - a quem parabenezo - revisar a decisão da Cemig de incluir o nome dos devedores da conta de luz no SPC e na Serasa. Realmente, essa medida era muito injusta, incompreensível e totalmente desnecessária. Era uma maldade. Falamos desse assunto desde a semana passada, quando a empresa tomou essa decisão. Fizemos pronunciamento aqui, na tribuna desta Casa, apresentamos requerimento solicitando ao Governador Aécio Neves a revisão desse posicionamento, o que de fato ocorreu. Fizemos ainda duas representações no Ministério Público Estadual, e uma no Ministério Público Federal. Houve grande pressão da sociedade. O consumidor não poderia ser penalizado duas vezes: primeiramente, com a atitude drástica do corte de energia, que é um bem público essencial; depois, com a inclusão do seu nome no SPC e na Serasa, e ficar sem poder contrair empréstimo para pagar a conta.

Realmente, fico muito feliz. Isso mostra que a pressão dá resultado. Gostaria de parabenizar todos os que, de uma forma ou de outra, contribuíram para esse processo: o Ministério Público, todos os Procons, a imprensa, os jornalistas, toda a população, os Deputados desta Casa. O Governador voltou atrás no que se refere a essa decisão da Cemig. Esperamos que nosso projeto, que já tramitou e foi aprovado em todas as comissões, seja aprovado e impeça, de uma vez por todas, que o nome do consumidor que deve à Copasa, à Cemig, o IPVA seja incluído no SPC e na Serasa. Seria uma medida realmente muito injusta e, na nossa avaliação, imoral e ilegal.

O Deputado Almir Paraca (em aparte) - Gostaríamos de aproveitar o ensejo para parabenizar a atuação nesta Casa do Deputado Weliton Prado. Hoje, quem teve oportunidade de acompanhar nossa reunião, percebeu que praticamente o tema de quase todas as abordagens, os pronunciamentos giraram em torno dessa questão da Copasa e da Cemig. Sabemos que os mecanismos para defender os interesses da população em situações como essa, objetivas e claras, são de interesse imediato, concreto, das comunidades. O preço da tarifa de água e de luz, a garantia do serviço público de água e de luz precisam necessariamente passar pelos mecanismos já previstos na nossa legislação. Não se pode prescindir de todo o processo de regulamentação e de controle que foi construído ao longo de muitos e muitos anos no processo democrático. Essa é a principal característica da democracia: regras claras e justas que defendam e promovam o interesse da população.

Portanto, o Deputado Weliton Prado, em relação ao preço da tarifa da Cemig, e agora em relação ao preço da tarifa da Copasa, está atuando na melhor tradição do PT em todo o Brasil, a de fiscalizador, de auxiliar na promoção do controle social. Não é possível avançarmos com políticas públicas, com serviços públicos, com ações sem, de fato, implementarmos os mecanismos de controle social.

No caso da Cemig, o que se fez foi exatamente isso: acionar o Ministério Público, a Aneel e outras instâncias de controle para fazer cumprir aquilo que a legislação já previa e conforme orientava. Agora, em relação à Copasa, se fez isso novamente.

Portanto, não podemos trazer essas questões para dizer se se trata da Oposição ou da Situação, se se é a favor ou contra o governo do Estado, se se combate a Cemig, se se combate a Copasa. Não se trata disso, mas de implementar, de exercitar plenamente a democracia, os mecanismos de controle previstos na nossa legislação. Portanto, estamos diante de uma tarefa, em relação à Copasa, que é a de implementar as instâncias de regulação e de controle, no que diz respeito ao fornecimento, ao abastecimento de água para as nossas comunidades.

Portanto, Deputado Weliton Prado, queremos cumprimentá-lo e parabenizá-lo. Nós, da Bancada do PT, que sempre nos alinhamos com V. Exa. nas suas ações, no seu trabalho, orgulhamo-nos de tê-lo como parlamentar da nossa bancada, ativo, atuante e atento a questões como essa.

Quando o Governador do Estado revê uma posição já tomada pela Cemig, demonstra que, quando a sociedade está atenta e utiliza os espaços e os mecanismos disponíveis para fazer a fiscalização e o controle social, medidas incorretas e atitudes indevidas podem ser revistas e corrigidas. Aqui, neste parlamento, essa nossa função precisa ser aprimorada e ampliada. O Deputado Weliton Prado exercita muito bem essa atuação fiscalizatória e de controle social.

Gostaríamos, Deputado, de aproveitar o ensejo para tornar público aqui uma nossa preocupação. Temos um companheiro, Romualdo Rossi Tolentino de Oliveira, do Partido dos Trabalhadores da cidade de Natalândia, também Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse Município, que está sendo ameaçado de morte por seguidas vezes, nas últimas semanas. Isso intranquiliza, certamente, toda a comunidade de Natalândia, que é totalmente pacífica. Gostaríamos de, publicamente, pedir a atenção do Delegado Regional de Unaí, Sr. Júlio Zica, para essa situação. Infelizmente, a defesa pública, as Polícias Militar e Civil não estão presentes da forma devida no Município de Natalândia. Não há Delegado nesse Município. A Delegacia de Unaí assiste a referida cidade. Remetemos, portanto, à Delegacia Regional de Unaí esse apelo, para se aproximar desse caso. Trata-se de uma liderança conhecida, que atua junto aos movimentos sociais. É um assentado da reforma agrária de Natalândia que está sendo ameaçado.

Deputado, gostaríamos ainda de apresentar um requerimento que protocolamos agora há pouco na nossa Mesa da Assembleia, solicitando à Secretaria de Cultura que considere a possibilidade de ampliação do prazo para a apresentação de propostas para o Edital Pontos de Cultura de Minas Gerais. Esse edital é fruto de uma parceria do Ministério da Cultura com a Secretaria de Cultura, por meio dos programas Cultura Viva e Mais Cultura, desse Ministério com a Secretaria de Cultura. Serão implementados 100 pontos por meio desse edital. Já temos 79 pontos

instalados no Estado, dos quase 650 pontos de cultura que existem no Brasil. Entendemos que é preciso dilatar um pouco esse prazo, pois as entidades estão tendo dificuldades para apresentar as suas propostas. Em outro momento, ampliaremos um pouco mais essa informação para mobilizar a comunidade. O prazo estabelecido pelo edital vai do dia 12 de janeiro a 27 de fevereiro. Entendemos absolutamente necessária a prorrogação. Estamos acompanhando e mobilizando as entidades, para que apresentem os seus projetos. No momento oportuno, aproveitaremos esse espaço da Assembleia para divulgar informações complementares.

Ainda, Deputado, em relação à Cemig, gostaríamos de fazer aqui, novamente, uma cobrança que diz respeito à execução do programa Luz para Todos no Estado. Já estamos chegando à marca de um ano e meio de suspensão do referido programa no Estado. Isso é inadmissível. Deparamo-nos, muitas vezes, com afirmações da ação e da gestão de excelência do governo de Minas Gerais e reconhecemos realmente muitos avanços e conquistas, mas ações como essa jogam por terra essas afirmações. Como uma empresa do porte e com o histórico da Cemig, que já está atuando além das fronteiras do Estado, não consegue dar continuidade a um programa dessa dimensão como o Luz para Todos, interrompendo, já por mais de um ano, quase um ano e meio, um programa vital, fundamental para promover o desenvolvimento, particularmente o das comunidades do interior do Estado.

Gostaríamos também de apresentar um outro requerimento, que foi protocolado junto à Mesa, solicitando que o Governador de Minas Gerais se digne a indicar um representante da Assembleia Legislativa de Minas Gerais como membro convidado para a composição do Conselho Curador da Fundação Educacional Caio Martins, o que está previsto em seu estatuto, que foi regulamentado pelo Decreto nº 44.996, de 30/12/2008, no seu art. 5º, inciso III, alínea "a". Temos acompanhado o processo, já nos pronunciamos aqui inúmeras vezes e hoje estamos comemorando a intervenção do governo do Estado junto àquela fundação para recuperar uma atuação que já foi de excelência, reconhecida e considerada modelo educacional em Minas Gerais. A Fundação Caio Martins está passando por um processo de revitalização, e gostaríamos de solicitar que a Assembleia Legislativa tivesse seu devido assento nesse Conselho Curador, que foi empossado há poucos dias, em um ato em que o Vice-Governador representou o Governador do Estado. Esperamos que esta Casa ocupe seu espaço para também dar sua contribuição. Gostaria de parabenizar o atual Presidente da Fundação, o Dr. Clóvis Benevides, também Subsecretário de Combate às Drogas, na Secretaria da Criança e do Adolescente. Ele está realizando uma ação magistral. Já visitou várias vezes as seis unidades da Fundação, que trabalha com jovens em condições de vulnerabilidade social, e tomou medidas concretas que apontam para a recuperação de sua metodologia e ação efetiva. Além disso, ele praticamente dobrou o orçamento em relação ao ano passado: de R\$2.500.000,00 para R\$5.000.000,00.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Weliton Prado. Mais uma vez, gostaríamos de cumprimentá-lo e estimulá-lo a exercer esse papel no Parlamento, pois é essencial: o controle social da atuação do Estado.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de agradecer ao Deputado Almir Paraca e dizer-lhe que nossa luta continua. Vamos desenvolver uma grande campanha no Estado em relação à cobrança da conta de água e esgoto por parte da Copasa, e lembramos que a participação do Deputado Almir Paraca e de todos os Deputados, no Norte e no Noroeste de Minas e no Alto Paranaíba, é fundamental para fortalecermos esse movimento em busca de uma tarifa justa e humanitária. Queremos que realmente haja água e tratamento de esgoto em todas as cidades. Conseguimos, por intermédio do Promotor Antônio Baeta - e está aqui uma notícia do jornal "O Tempo" -, uma liminar impedindo que a Copasa reajuste as contas de água e esgoto, que teriam um aumento a partir de março. Há ainda a decisão em relação à Cemig, que não enviará mais o nome do consumidor inadimplente ao SPC. Isso mostra que a luta realmente dá resultados. Obtivemos o mesmo sucesso com o fim da taxa de incêndio para as residências e o fim da cobrança da taxa para se chamar a polícia. Com o boletim de ocorrência, conseguimos também. A redução da tarifa de energia contou com uma grande campanha, com a participação de milhares de pessoas. Agora, conseguimos a decisão do Governador de voltar atrás e impedir a Cemig de incluir no SPC quem estivesse com dívidas, penalizando duas vezes a mesma pessoa. Registramos mais uma vez nossa alegria. Isso mostra que, quando protestamos, mobilizamos e pressionamos, o trabalho dá resultados.

Queremos parabenizar o Deputado Almir Paraca, que trouxe aqui questões relevantes, como a necessidade de uma estrutura maior para a Fundação Caio Martins e da prorrogação para a apresentação de projetos para o Programa Ponto de Cultura, do governo federal, o qual vai até o dia 27 de fevereiro.

Enfim, agradeço e digo que realmente a nossa luta continua. Vamos travar uma campanha, em todo o Estado de Minas Gerais, em relação à cobrança da água e também em relação à telefonia, à taxa mensal que o cidadão é obrigado a pagar todo mês e que, em nosso ver, é inconstitucional, ilegal. Vamos fazer parceria com outros Deputados Federais, de todos os Estados da Federação, e uma campanha em todo o Brasil - e muito forte aqui, em Minas Gerais -, para o fim da cobrança mensal na telefonia fixa, o que é um absurdo. E não há justificativa para essa cobrança. Tenho a certeza de que teremos outra vitória com mobilização e pressão popular. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Obrigado. Meu caro Presidente, hoje, na parte da tarde, mais uma vez fiz uma solicitação, que já havia feito em 2007, à direção da Casa, para que oferecesse aos Deputados o resumo dos projetos de lei, o teor do projeto e das emendas. E, toda vez que levanto a questão, a Mesa responde, com base no Regimento, que esse resumo está disponível na internet. O fato de fazer essa solicitação não quer dizer que eu seja analfabeto, que não saiba acessar a internet ou que não tenha funcionários para fazer isso antes de eu vir para o Plenário. A minha preocupação é outra. Muitas vezes, há 20, 30, 40 projetos na pauta, e, sendo grande o número de projetos, os assuntos se misturam. Precisamos, pelo menos, de uma matéria para recordar os projetos que passaram pelas Comissões. Uma grande parcela dos projetos que chegam aqui, no plenário, não passam por todas as Comissões. Todos os Deputados participam de alguma Comissão, mas os projetos não passam por todas elas. Então, uma parcela dos Deputados não lê o projeto, não lê a emenda, não acompanha o projeto. Simplesmente recebem uma pauta, a ordem do dia, da seguinte maneira: "Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.874, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a proibição de realização de eventos de música eletrônica (...)" - mais ou menos assim. Já a imprensa recebe o boletim chamado BIP, que explica: "Projeto de Lei nº 1.874/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, do PDT, discussão em 1º turno. O projeto pretende proibir as festas 'raves' em Minas Gerais e eventos que guardem semelhança pelo tipo de música nas condições (...)" . E vai aquele alentado esclarecimento. Lá na frente: "O substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão considerou o texto original". Aqui se descreve direitinho o projeto, a emenda, de forma clara, o que orientaria o Deputado, no momento de votar, para que não vote equivocadamente ou simplesmente como maria-vai-com-as-outras, esperando o sinalzinho do Líder: "Vamos votar". E todo mundo vota "sim", vota "não", o espetáculo que vemos aqui todos os dias: vota "sim", vota "não". Ora, eu me recuso a ser maria-vai-com-as-outras. Recuso-me a apenas obedecer ao Líder e votar como ele quer. Quero votar de acordo com a minha consciência, de acordo com o meu eleitor. Não aceito essa idéia. Vou continuar insistindo. Se até amanhã eu não tiver uma resposta da Mesa, de que é possível ser entregue aos Deputados o boletim que vai para a imprensa - basta se imprimirem mais 77 cópias -, vou entrar com um pedido por escrito e arguir o Regimento. Do Regimento não se pode subentender que o Deputado seja obrigado a acessar a internet para buscar o projeto e fazer, ele mesmo, uma síntese do projeto. O exemplo que temos é o da Câmara dos Deputados, onde estive. Lá todos os projetos fazem parte de um avulso, em que todo projeto é escoimado, sintetizado. Cada emenda é sintetizada, para que os Deputados votem com consciência.

Essa é uma preocupação de fato, e não apenas uma querela, uma questiúncula. Faça isso para que possamos discutir nos corredores desta Casa e, quando a imprensa nos procurar para falar sobre um projeto, tenhamos em mãos o que conhecemos e até o que não conhecemos ainda. Dessa forma, o assunto será minutado e isso facilitará a discussão, pela consciência maior das questões que votaremos. Não aceito a idéia de que o Deputado deve votar "sim" ou "não" de acordo com a indicação da Liderança. Não aceito essa idéia. Na minha opinião, o Deputado tem de ter liberdade para votar de acordo com sua consciência, sobretudo conforme os anseios da população.

Todavia, não é esse o assunto que trago à baila, Sr. Presidente. Hoje o governo federal enviou ao Congresso Nacional sete projetos de lei, com a pretensão de fazer a reforma política. Ora, este ano, todos nós, políticos, estamos atentos, aguardando a tal janela. Já que não se pode abrir

a porta, espera-se por uma janela para que seja feita a reestruturação partidária. O incrível é que, dos sete projetos enviados pelo governo, nenhum trata objetivamente do que é mais importante numa reforma política: o voto distrital. As pessoas não discutem. Vejo aqui companheiros, colegas nossos de vários partidos falando em financiamento público de campanha como a parte mais importante da reforma política. Eu não gostaria de ter um centavo do partido nem do governo para pagar minha campanha eleitoral. No entanto, gostaria que a lei proibisse os ricos de comprar votos no Estado inteiro, inclusive na minha região. Compram-se Vereadores, Prefeitos e cabos eleitorais. Gostaria de que a lei proibisse isso. Se houver o voto distrital, certamente a influência do poder econômico se reduzirá na formação das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais e do Congresso Nacional. Haverá uma redução substancial, visto que os votos dos futuros Deputados serão disputados de acordo com a capacidade econômica de cada região e com um detalhe: o cidadão candidato será conhecido de todos. Caso contrário, não obterá os votos de seus concidadãos.

Um dia um Promotor de Justiça amigo me pediu que nunca mais usasse a expressão "juvenis holofotários". Por quê? Pode-se utilizar a expressão "jovem holofotário", mas não se deve usar a palavra "juvenil", porque se parece com o nome daquele Deputado do PT que está com um processo de cassação porque comprou votos no Estado inteiro. Todo o mundo sabe que ele comprou votos; há um processo que prova a compra de votos no Estado inteiro.

Gostaria que a política do Brasil fosse diferenciada. A democracia teria um aperfeiçoamento enorme se cada região, cada distrito eleitoral pudesse eleger seus Deputados. Dessa forma, não aconteceria o que acontece hoje, quando Deputados da Grande BH invadem todos os territórios das Minas Gerais comprando 500 votos aqui, 200 votos ali, 300 votos acolá.

Lembro-me de um episódio ocorrido em 1982, quando determinado Deputado que se elegeu a esta Casa - não citarei seu nome por uma questão de fidelidade - procurou-me e pediu-me para ajudá-lo. Na época eu era apenas jornalista, tinha o meu jornal e também advogava. Ele precisava de uns 10 mil votos. Falei: "Posso, no máximo, indicar-lhe quem vende e entrega". Falei assim porque há pessoas que vendem votos, mas não os entregam. Então, eu disse: "Posso encaminhá-lo àqueles que vendem e entregam votos que prometem". Então, ele foi eleito com 10.880 votos comprados no Vale do Mucuri.

Como pensa o povo? O povo pensa que todo político é safado e ladrão. Para acabarmos com essa idéia, temos de eliminar o comprador de votos. Não há como eliminar essa idéia do inconsciente popular, não há como melhorarmos a imagem dos Deputados se não diminuirmos o poder financeiro nas campanhas eleitorais.

O Congresso Nacional está lá, com sete propostas de reforma política. Que beleza! No mesmo dia em que faz a festa com 3.500 Prefeitos em Brasília, para lançar a candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República, o governo envia a reforma política. Que interessante! Por que neste momento? Diante disso, a imprensa me pergunta: "Foi bom colocar assim, fatiado?" É claro! Em Brasília, cada detalhe, cada vírgula tem de ser negociada.

É muito mais fácil votar uma coisa fatiada do que votar no pacote, porque não se consegue negociar um pacote inteiro. É muito mais fácil votar cada item separadamente.

Sr. Presidente, sei que V. Exa. concorda com minhas opiniões pelas conversas pessoais que temos tido, mas o mais importante é reduzir a influência do poder econômico nas eleições para, assim, reduzir-se a corrupção, que é filha do voto vendido ou comprado. É filha espúria. Enquanto tivermos a possibilidade de em cada Estado brasileiro o Deputado poder comprar votos por telefone, teremos injustiça. A pessoa apanha o mapa eleitoral e vê que um Vereador teve 500 votos na cidade, e então diz: "Você teve 500 votos, se você me der 200 votos eu pago tanto agora e mais tanto depois". É a mesma história da botina, em que se dá um pé da botina antes da eleição e o outro pé dá depois da eleição.

Enquanto não clarificarmos essa situação, sendo honestos com nós mesmos... Aliás a imprensa deve partir para uma campanha de acabar com a influência do poder econômico e financeiro nas eleições. As pessoas precisam ter igualdade de condição na disputa. Em cada microrregião do Estado, e vamos dividir Minas Gerais em 15, 20 ou 30 microrregiões, nas megarregiões do Estado ou nas microrregiões e associações regionais de Municípios, se fizermos isso haverá uma redução fantástica da influência do poder econômico. Valerão os valores pessoais e morais e a condição de trabalho do candidato e não tanto o dinheiro que ele tem guardado para espalhar na véspera da eleição.

Essa situação me preocupa pelo fato de a minha região ser muito pobre. Vemos acontecer de forma escancarada o que acontece também no resto do Estado, a pessoa chegar-se a um Vereador para pedir ajuda na campanha. O Vereador fala: "Se você me der R\$20.000,00, eu vou". Isso precisa acabar.

Qual o representante que pode dormir sossegado, tranqüilo e dizer: "Me elegi pelo meu prestígio. Me elegi pela minha competência. Me elegi pelo meu conhecimento da realidade de uma região ou de uma área do Estado". Será que todos nós conhecemos a realidade integral de cada estrada, povoado, Distrito ou cidade do Estado? Eu não conheço. Mas quando leio o resultado eleitoral, vejo Deputados votados em 500 ou 600 Municípios. São votos comprados de tabela, por telefone ou por fax. Sr. Presidente, o governo federal deveria acabar com essa situação.

O Presidente Lula, que está com 84% de aprovação popular, deveria ter tido a coragem de colocar o voto distrital como premissa para a reforma política. Não há reforma política sem voto distrital. É um arremedo de reforma. São mudancinhas para adequar a necessidade daqueles que estão no Congresso Nacional, onde querem permanecer porque a maioria dos seus integrantes comprou efetivamente os votos. Nós, políticos, sabemos quem comprou, como comprou e de quem comprou. Lamentavelmente, não podemos ter a descortesia de denunciar que fulano comprou o voto de beltrano. Mas o Ministério Público volta e meia descobre quem comprou voto de quem, onde o dinheiro foi depositado e como foi feito.

Em Minas Gerais, mesmo não tendo o poder de influir na República brasileira, não podemos nos acanhar de discutir temas nacionais. Não podemos nos acanhar de colocar nossas posições. O voto distrital é absolutamente essencial para a permanência da democracia no Brasil. Quem é democrata e pretende continuar na democracia tem de defender a democracia com unhas e dentes. É necessário que a gente fale, diga, não abaixe a cabeça e que de fato participemos do processo.

Às vezes fico me perguntando quando a imprensa bate que "o Plenário não votou nada hoje. Fez uma reunião ordinária, extraordinária e não votou". Essa preocupação me parece estranha porque, na verdade, quem conhece a Assembleia e vem aqui e participa das reuniões e das comissões sabe muito bem que é nas comissões que tudo acontece. O Plenário é a homologação daquilo que já foi discutido nas comissões.

Quem discordar daquilo que a comissão fez pode votar contra em Plenário. Não aceito essa informação equivocada de que a Assembleia só trabalha durante três dias. Trabalhamos de manhã, de tarde e de noite, às terças, quartas e quintas-feiras. Outros trabalham também nas segundas e sextas-feiras em comissões internas. Pergunto-me: o viajante, o cometa, pode ficar parado em uma cidade? Somos representantes de Municípios, do povo, das regiões. Nossa obrigação não é só aqui. Temos de nos reunir em Câmaras Municipais de certas cidades do interior, temos de estar em festas ou em visitas a obras. Quase todos os Deputados passam as sextas, os sábados, os domingos e as segundas-feiras visitando Municípios e obras, encontrando-se com pessoas que lhes apresentam reivindicações. Isso não conta para a imprensa. O trabalho que se faz na base não conta.

Na TV Assembleia, há um programa muito bom chamado de trabalho de base. Lamentavelmente, desde dezembro, não o vejo ser apresentado. Esse programa é interessante porque mostra aonde o Deputado foi, o que ele fez, mas o programa sumiu. Acho que devemos fazer uma advertência à TV Assembleia para voltar a apresentar o programa, mostrando o que o Deputado fez no final de semana. Se há uma televisão para cobrir os assuntos da Assembleia, temos de clareá-los, como o BIP da imprensa clarifica cada projeto.

Temos de mostrar tudo que o Deputado faz, para desfazer essa má impressão de que não trabalhamos. Estamos aqui agora, neste Plenário quase vazio. Como um cometa, ele precisa trabalhar. Os Deputados estão à toa? Como cometa, ele precisa viajar, buscar o assunto, reunir-se. Os Prefeitos querem que busquemos nas secretarias os assuntos e que resolvamos os problemas. Temos de fazer o trabalho com as secretarias e com o governo do Estado. Há uma série de trabalhos. Não aceito que digam que a Assembleia não trabalha. Coloquei, na porta do meu gabinete, o artigo de um jornalista que trabalhou em Brasília por muito tempo e publicou essa matéria, que começa assim: "Não quero ser Deputado, pois trabalha-se muito e ganha-se pouco". Ele explica como é o trabalho de um Deputado. Ninguém sabe que o Deputado ganha menos que o Juiz, que o Promotor de Justiça. As pessoas equivocam-se com o que é salário e o que é custeio de mandato - o custeio de mandato que temos, também o têm os Juizes e Promotores. Ele se refere às pessoas que trabalham com eles, o aparato, os carros e veículos que usam. Por que um Deputado tem de ser achincalhado? Por que dizem que temos uma vida de marajá? Discordo e acho que esses momentos de reflexão deve haver na Assembleia, ou seja, essa parte do pinga-fogo e da discussão do art. 70. Temos de trabalhar para discutir idéias um pouquinho mais fora do comum, auscultando o que diz a população, auscultando o que diz a imprensa, e responder a todos. Não podemos deixar nada sem resposta. Temos de esclarecer o povo. Trabalhamos e trabalhamos muito. Se houver um ou dois que não trabalham, isso não é o normal. O Deputado é obrigado a trabalhar muito, senão não permanece em seu mandato.

Minha manifestação é para que, em primeiro lugar, a Mesa desta Casa forneça aos Deputados o BIP, já que não querem fazer um relatório como se faz na Câmara Federal, ou seja, uma súmula para que possamos deglutir os projetos e todas as emendas. Que nos entreguem o BIP antes de começar a sessão, e que façam mais cópias, para que possamos discutir e votar, com mais consciência, os projetos desta Casa. Tivemos um excelente trabalho em 2007 e 2008. Votamos ótimos projetos, que mudaram a vida de muitas pessoas. Num belo dia, ainda vou fazer um relatório, não como aquele que foi lido pelo Secretário da Mesa, Deputado Dinis Pinheiro, um relatório seco. Vou falar, com veemência, o que a Assembleia tem feito. Ela tem prestado um grande serviço a Minas Gerais. Recuso-me a ser jogado na vala comum daqueles que não trabalham. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/2/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Maria Lúcia Mendonça

exonerando Tarcísio Dias Maciel do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Maria Imaculada Justo Vital para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Vanderlei Jangrossi

exonerando Kelly Jacqueline Maciel Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Karine Braz de Queiroz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Fernanda Braz Santarosa do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Redação;

exonerando Getúlio José da Mota Liz do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo;

exonerando Hamilton Amaral Barreto do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Adalclever Lopes, Vice-líder do PMDB;

nomeando Hamilton Amaral Barreto para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte;

nomeando Getúlio José da Mota Liz para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda, Vice-líder do PMDB;

nomeando Maria Aparecida Vidal para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Redação.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Ilvânia Duarte de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando, a partir do dia 13/2/09, Geraldo Antonio Lage Pessoa do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Veridiana Martins de Oliveira Magalhães do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no

Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Joaquim Bissano Magalhães para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Mateus Magalhães Coelho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2008

Objeto: prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo da TV Assembleia.

Pregoautes vencedores: Linear Equipamentos Eletrônicos S.A. (lote 1) e Contato Produções e Radiodifusão Ltda. (lote 2).

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Brisa Locadora Ltda. Objeto: locação de veículos a gasolina, com motor 1.6 e com motor 2.0, pelo sistema de diárias, sem motorista, com quilometragem livre para cada diária, incluindo seguro total, por parte da contratada, sem ônus da franquia para a contratante. Objeto deste aditamento: 4ª e última prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses a partir de 24/2/2009. Dotação orçamentária: 101101122701 - 2009 (339039).

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Oriens Tecnologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de consultoria para programa de computador. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses a partir de 2/3/2009. Dotação orçamentária: 1011011227012009' (339039).